



CHARLES RIVER

Política de Privacidade, Proteção de Dados e Condições de Uso
(“Política”)
CHARLES RIVER ADMINISTRADORA DE RECURSOS FINANCEIROS LTDA.
(“Sociedade”)

CAPÍTULO I **OBJETIVO**

1.1. A presente Política foi desenvolvida em razão do compromisso da Sociedade com a segurança e privacidade dos dados aos quais possui ou pretende possuir acesso, nos termos da Lei nº. 13.709/18 (“LGPD”) e tem como objetivo a definição de regras e princípios norteadores das condutas dos colaboradores da Sociedade, assim entendidos seus (i) sócios; (ii) diretores; (iii) funcionários; (iv) estagiários ou (v) quaisquer pessoas que tenham cargos, funções ou posições na Sociedade (“Colaborador(es)”).

1.2. A atividade de Tratamento de dados objeto da presente Política deverá observar a boa-fé e aos seguintes princípios, presentes no art. 6º da LGPD:

(i) finalidade: realização do Tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao Titular, sem possibilidade de Tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

(ii) adequação: compatibilidade do Tratamento com as finalidades informadas ao Titular, de acordo com o contexto do Tratamento;

(iii) necessidade: limitação do Tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do Tratamento de Dados Pessoais;

(iv) livre acesso: garantia, ao Titular, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do Tratamento, bem como sobre a integralidade de seus Dados Pessoais;

(v) qualidade dos dados: garantia, ao Titular, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos Dados Pessoais, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu Tratamento;

(vi) transparência: garantia, ao Titular, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do Tratamento e os respectivos Agentes de Tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

(vii) segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os Dados Pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

(viii) prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do Tratamento de Dados Pessoais;

(ix) não discriminação: impossibilidade de realização do Tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos; e

(x) responsabilização e prestação de contas: demonstração, pela Sociedade, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de Dados Pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

CAPÍTULO II CONCEITUAÇÕES

2.1. Para fins desta Política, as palavras e expressões iniciadas com letras maiúsculas, quando não definidas em outras partes desta Política, no singular ou no plural, terão o significado atribuído a elas na tabela abaixo:

“Agentes de Tratamento”:	Controlador e Operador, responsáveis pelo Tratamento de Dados Pessoais.
“Anonimização”:	utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do Tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo.
“Controlador”:	pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao Tratamento de Dados Pessoais. No presente caso, fará referência à Sociedade.
“Dados de Navegação” ou “Cookies”:	informações sobre o computador e as visitas do Usuário ao Site, tais como o seu endereço IP, o tipo de navegador, a fonte de referência, a duração da visita e as páginas visualizadas.
“Dados Pessoais”:	qualquer dado que permita identificar o Titular, direta ou indiretamente, em combinação com outras informações, incluindo dados de contato, como nome, endereço de e-mail, nome da empresa, endereço, número de telefone e outras informações sobre o Titular, fornecidas diretamente pelo Titular ou obtidas por meio de informações públicas.
“Dados Pessoais Sensíveis”:	Dados Pessoais sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dados referentes à saúde ou à vida sexual, dados genéticos ou biométricos, quando vinculados a uma pessoa natural.

“Operador”:	pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o Tratamento de Dados Pessoais em nome do Controlador. No presente caso, fará referência aos Colaboradores da Sociedade e aos terceiros autorizados por esta.
“Site”:	https://www.charlesriver.com.br/
“Titular”:	pessoa natural a quem se referem os Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensíveis objetos de Tratamento.
“Tratamento”:	toda operação realizada com Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensíveis, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.
“Usuário”:	todas as pessoas naturais que utilizam ou visitam o Site da Sociedade.

CAPÍTULO III

TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS E DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS

3.1. Fixados os conceitos e princípios a serem utilizados na presente Política, cumpre destacar as principais bases legais aplicáveis à atividade empresarial desenvolvida pela Sociedade em que se permite o Tratamento de Dados Pessoais, sendo essas:

- (i) para o cumprimento de obrigação legal, autorregulatória ou regulatória pela Sociedade;
- (ii) quando necessário para a execução de contratos ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o Titular, a pedido deste;
- (iii) para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;
- (iv) para a proteção da vida ou da incolumidade física do Titular ou de terceiros; e
- (v) quando necessário para atender aos interesses legítimos da Sociedade ou de terceiros, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do Titular que exijam a proteção dos Dados Pessoais.

3.1.1. No caso de interesse legítimo da Sociedade ou de terceiros indicado no item acima, somente Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensíveis estritamente necessários serão utilizados, sendo outorgada ampla transparência ao Titular sobre o Tratamento implementado.

3.2. O legítimo interesse da Sociedade ou de terceiros poderá ter fundamento, mas não se limita, nas seguintes finalidades:

- (i) melhorar a experiência de navegação do Usuário no Site da Sociedade;
- (ii) apoio e promoção de atividades profissionais da Sociedade; e
- (iii) prestação de serviços que beneficie o Titular, respeitados os seus direitos e liberdades fundamentais.

3.3. O Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis, em regra, ocorrerá apenas com o fornecimento de consentimento pelo Titular de forma específica e destacada, excetuado quando tais dados forem indispensáveis para as hipóteses de Tratamento presentes no art. 11, II da LGPD.

Dados coletados e compartilhamento

3.4. A Sociedade usa os dados que coleta somente em conformidade com esta Política, com o seu Código de Ética e Conduta e com a sua Política de Segurança da Informação e Segurança Cibernética. Os Dados Pessoais poderão ser compartilhados com terceiros apenas para a prestação de serviços contratados pelo Titular, diante de um legítimo interesse da Sociedade que exija a sua divulgação, ou, ainda, perante a existência de uma obrigação legal ou regulatória, mantendo-se a confidencialidade dos mesmos nos demais casos.

3.5. O acesso aos Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensíveis do Titular é restrito aos Colaboradores autorizados, que estão sujeitos às penalidades legais aplicáveis e às próprias penalidades disciplinares internas da Sociedade, no caso de utilização indevida.

3.6. Os Dados Pessoais podem estar em qualquer mídia ou formato, incluindo registros eletrônicos ou computadorizados, incluindo os Dados de Navegação nos casos em que tais informações forem suficientes para identificar alguém de forma direta ou indireta.

3.7. Sempre que o fundamento para o Tratamento não se enquadrar nas hipóteses apresentadas neste capítulo, será solicitado o consentimento expresso do Titular envolvido, nos termos da LGPD.

Uso dos Dados de Navegação (Cookies)

3.8. A Sociedade pode usar Dados de Navegação para operar e aprimorar o seu Site. Também poderá utilizar os Dados de Navegação de maneira isolada ou em combinação com os Dados Pessoais para fornecer ao Usuário informações personalizadas sobre a Sociedade, seus produtos e serviços.

3.9. Os *Cookies* presentes no Site, inclusive *Cookies* de terceiros (*Google Analytics*), poderão coletar dados referentes ao idioma de preferência, forma de acesso, localização de acesso, tempo de duração da navegação, entre outros de natureza similar.

3.10. Por fim, importante notar que a navegação no Site da Sociedade pelo Usuário denota a sua aquiescência e ciência do uso dos *Cookies* pré-estabelecidos.

Segurança dos Dados Pessoais do Titular e tratamento de incidentes

3.11. A Sociedade utiliza diversas tecnologias e procedimentos de segurança para ajudar a proteger os Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensíveis coletados contra acesso, uso ou divulgação não autorizados. A Sociedade protege os Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensíveis que o Titular fornece em nuvem, sendo este um ambiente controlado, seguro e protegido. Todos os Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensíveis são protegidos por medidas físicas, técnicas e organizacionais, inclusive contando com criptografia e um controle e gerenciamento de acesso, o qual é permitido apenas aos Colaboradores estritamente necessários ao Tratamento em questão.

3.12. Caso haja mudança na atividade a ser desenvolvida pelo Colaborador dentro da Sociedade, a necessidade de seu acesso aos respectivos Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensíveis será reavaliada pelo Diretor de *Compliance*.

3.13. Em caso de incidentes de segurança informacional que possam acarretar risco ou dano relevante ao Titular, o Diretor de *Compliance* da Sociedade deverá comunicar, em prazo razoável, aos órgãos reguladores correspondentes e ao respectivo Titular dos dados comprometidos sobre a ocorrência, buscando sempre reduzir os prejuízos relacionados, em conformidade com os princípios apresentados no capítulo inicial desta Política e com o procedimento descrito no art. 48 da LGPD.

3.14. A responsabilidade pelo registro, decisão sobre a necessidade de comunicação e controle dos efeitos de incidentes de segurança informacional considerados relevantes ficará a cargo do Diretor de *Compliance*, com auxílio de sua equipe e da equipe de tecnologia da informação da Sociedade, conforme aplicável.

Recursos de mídias – sites externos

3.15. O Site da Sociedade pode conter links ou frames de outros sites, que podem ou não ser parceiros da Sociedade. A inclusão destes links e frames não significa que a Sociedade tenha conhecimento, concorde ou seja responsável por eles ou por seu conteúdo. Portanto, a Sociedade não será responsabilizada por eventuais perdas ou danos sofridos em razão do acesso aos referidos ambientes, que estão sujeitos às suas próprias políticas de governança e privacidade.

Retenção de Dados Pessoais

3.16. Após o alcance da finalidade a que se destina o Tratamento, em regra, a Sociedade arquivará tais dados pelo prazo de 05 (cinco) anos, salvo nas hipóteses em que autorizada ou obrigatória a conservação por período maior. Passado este prazo e não se enquadrando nas hipóteses previstas na legislação vigente, as informações coletadas deverão ser eliminadas.

3.17. O Tratamento de dados poderá, ainda, ser cessado mediante solicitação expressa do seu Titular. Entretanto, o referido Tratamento será mantido caso seja necessário (i) para o fiel cumprimento de obrigação contratual, legal ou regulatória; (ii) para uso exclusivo da Sociedade, desde que tais dados sejam previamente Anonimizados; ou (iii) para atender aos legítimos interesses da Sociedade ou de terceiros, desde que não conflite com direitos e liberdades fundamentais de seu Titular.

3.18. Caso o Titular tenha optado por receber os informes da Sociedade, serão retidas informações sobre as preferências do Titular a partir da última data em que este expressou interesse pelo conteúdo, produtos ou serviços da Sociedade.

3.19. A Sociedade não coleta ou armazena Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensíveis através de *Cookies* que possam eventualmente estar presentes no seu Site.

Dados Pessoais de menores

3.20. A Sociedade apenas realizará o Tratamento de dados de menores de 18 anos com o consentimento específico dado por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal da criança, em conformidade com o art. 14, §1º da LGPD.

Direitos do Titular e meios para o seu exercício

3.21. O Titular tem garantido por lei os seguintes direitos de proteção de dados:

- (i) Solicitar acesso, correção, atualização, Anonimização ou eliminação de seus dados, em especial aqueles desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD;
- (ii) Solicitar informações sobre o compartilhamento de dados com entidades públicas e privadas, bem como sobre a possibilidade de não fornecer ou revogar seu consentimento e as consequências pela sua negativa; e
- (iii) Solicitar a confirmação da existência de Tratamento de seus dados, se opor ao Tratamento, pedir para a Sociedade restringir o Tratamento de seus dados ou ainda solicitar a portabilidade de seus dados.

3.22. Caso a Sociedade tenha coletado os Dados Pessoais do Titular com o seu consentimento, o Titular pode revogá-lo quando quiser. A revogação do consentimento pelo Titular não afetará a legalidade de nenhum Tratamento que a Sociedade conduziu antes da sua revogação, nem afetará o Tratamento dos Dados Pessoais conduzidos de forma lícita independentemente de consentimento do Titular, nas hipóteses permitidas pela LGPD.

3.23. O Diretor de *Compliance* é o encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais na Sociedade.

3.24. Para exercer qualquer um de seus direitos, o Titular deve enviar um e-mail para dpo@charlesriver.com.br. A Sociedade responderá ao pedido do Titular dentro de um prazo razoável e o notificará sobre a ação tomada.

CAPÍTULO IV DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS NO BANCO DE TALENTOS

4.1. A Sociedade possui um banco de talentos em seu Site para o recebimento de currículos e demais informações de potenciais candidatos interessados em participar de processos seletivos futuros.

4.2. O Tratamento dos dados coletados no procedimento indicado neste capítulo se dá em atendimento a todas as demais regras da presente Política e possui como finalidade única e exclusiva realizar as ações de avaliação de histórico profissional e para eventual recrutamento em processos de seleção e admissão para compor o quadro de Colaboradores. O currículo e os dados do candidato interessado serão armazenados no banco de dados da Sociedade por até 05 (cinco) anos, no intuito de cumprir com tal finalidade.

4.3. Ao enviar o currículo ou realizar o preenchimento de seus dados no Site da Sociedade, o candidato interessado estará expressamente declarando sua plena ciência dos direitos e obrigações decorrentes de tal ação, concordando com o Tratamento ora detalhado.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. Outras importantes informações sobre os termos e condições de utilização do Site estão disponíveis na seção “Termos e Condições”, texto apartado disponibilizado no Site da Sociedade.

5.2. A presente Política prevalece sobre quaisquer entendimentos orais ou escritos anteriores, obrigando os Colaboradores aos seus termos e condições.

5.3. Os Colaboradores atestam a ciência e a adesão acerca dos procedimentos definidos pela presente Política mediante assinatura do Termo de Adesão e Confidencialidade, sendo submetidos anualmente ao programa de treinamento adotado pela Sociedade, e devem reportar ao Diretor de *Compliance* qualquer indício de descumprimento às regras desta Política.

5.4. A fim de cumprir o seu objetivo, esta Política será revisada, no mínimo, a cada 24 (vinte e quatro) meses, levando-se em consideração, dentre outras questões, mudanças regulatórias e normativas aplicáveis, sendo mantido o controle de versões e circulada aos Colaboradores para conhecimento e adesão sempre que alterada. Caso o Titular não concorde, ainda que parcialmente, com os termos e condições contidos nesta Política, não deverá utilizar os serviços prestados pela Sociedade, bem como não deverá acessar o Site.

5.5. Em caso de dúvidas ou necessidade de aconselhamento, os Colaboradores devem buscar auxílio junto ao Diretor de *Compliance*.

5.6. A título de *enforcement*, vale notar que a não observância dos dispositivos da presente Política poderá resultar em advertência, suspensão, demissão ou exclusão por justa causa, conforme a gravidade e a reincidência na violação, sem prejuízo das penalidades civis e criminais.